



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS CONSOLIDADAS

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

2013

Flávio

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE GERAL	2
ÍNDICE QUADROS	4
ÍNDICE GRÁFICOS	5
SIGLAS	6
Mensagem do Reitor	7
PREÂMBULO	9
1.1. MISSÃO	11
2. ÓRGÃOS	12
3. ANÁLISE ORÇAMENTAL	13
3.1. FONTES DE FINANCIAMENTO	13
3.2. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO	14
3.3. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PIDDAC	14
3.4. RECEITA	15
3.5. DESPESA	17
4. ANÁLISE SITUAÇÃO ECONÓMICA FINANCEIRA	20
4.1. EVOLUÇÃO DO IMOBILIZADO	20
4.2. EVOLUÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	21
1.1. PROVEITOS E GANHOS	22
1.2. CUSTOS E PERDAS	25
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	27
2.1. BALANÇO CONSOLIDADO	28
2.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS	30
2.3. ANEXO AO BALANÇO CONSOLIDADO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS	31
I. Informações relativas às entidades incluídas na consolidação e a outras	31
1.1. <i>Relativamente às entidades incluídas na consolidação:</i>	31
1.2. <i>Relativamente a entidades não incluídas na consolidação:</i>	32
1.3. <i>Número médio de trabalhadores ao serviço, durante o exercício, das entidades incluídas na consolidação, repartido por categorias.</i>	35
III — Informações relativas aos procedimentos de consolidação	35
V — Informações relativas a políticas contabilísticas	36
VI — Informações relativas a determinadas rubricas	38

2.4. RÁCIOS.....	42
3. FACTOS RELEVANTES APÓS TERMO DO EXERCÍCIO	42
4. NOTA FINAL.....	42
5. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS.....	43

ÍNDICE QUADROS

Quadro 1 – Execução Orçamento de Funcionamento	14
Quadro 2 – Execução Orçamento PIDDAC	14
Quadro 3 – Evolução da execução da receita cobrada.....	15
Quadro 4 - Execução receita cobrada 2013	15
Quadro 5 - Origem de fundos por medidas e programas.....	16
Quadro 6- Análise da origem dos fundos <i>versus</i> a sua aplicação.....	17
Quadro 7 – Evolução da execução da despesa paga por Fonte de Financiamento.....	17
Quadro 8 - Aplicação de fundos por medidas e programas	18
Quadro 9 – Análise da despesa paga por Fonte de Financiamento <i>versus</i> a sua aplicação	19
Quadro 10 – Imobilizado	20
Quadro 11 - Resultado líquido do exercício	21
Quadro 12 - Proveitos e ganhos	22
Quadro 13 - Detalhe de rubrica de vendas e prestação de serviços	24
Quadro 14 - Custos e perdas	25
Quadro 15 – Balanço.....	28
Quadro 16 - Demonstração de resultados por natureza	30
Quadro 17 - Nº de trabalhadores por categoria	35
Quadro 18 - Ativo Imobilizado em 31/12/2013	38
Quadro 19 - Amortizações e Provisões	38
Quadro 20 - Protocolo Ministério da Defesa	39
Quadro 21 - Vendas e prestação de serviços	39
Quadro 22 - Remunerações dos Órgãos Diretivos	40
Quadro 23 - Demonstração resultados financeiros	40
Quadro 24 - Demonstração resultados extraordinários	41
Quadro 25 – Provisões a 31/12/2013	41
Quadro 26 - Ráios de fundo de maneio e liquidez	42
Quadro 27 - Ráios financeiros	42

ÍNDICE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Receitas cobradas por fontes de Financiamento 2013	15
Gráfico 2 - Origem de Fundos por medidas e programas 2013	16
Gráfico 3 - Despesas por Fontes de Financiamento 2013	18
Gráfico 4 - Aplicação de Fundos por medidas e programas 2013.....	19
Gráfico 5 - Evolução imobilizado corpóreo	20
Gráfico 6 - Análise dos resultados do exercício	21
Gráfico 7 - Proveitos e ganhos	22
Gráfico 8 - Análise proveitos 2013.....	23
Gráfico 9 - Vendas e prestações de serviços 2013.....	24
Gráfico 10 - Custos e perdas.....	25
Gráfico 11 - Análise dos custos 2013	26
Gráfico 12- Evolução do nº de pessoal.....	35

SIGLAS

ANPROALV	- Agência Nacional do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida
CEDOC	- Centro de Estudos de Doenças Crónicas
CGA	- Caixa Geral de Aposentações
CIBE	- Cadastro dos bens do Estado
ENSP	- Escola Nacional de Saúde Pública
FCM	- Faculdade de Ciências Médicas da UNL
FCSH	- Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL
FCT	- Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNL
FD	- Faculdade de Direito da UNL
FE	- Faculdade de Economia da UNL
IES	- Instituições de ensino superior
IHMT	- Instituto de Higiene e Medicina Tropical da UNL
ISEGI	- Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da UNL
ITQB	- Instituto de Tecnologia Química e Biológica da UNL
IVA	- Imposto sobre o valor acrescentado
LOE	- Lei do Orçamento do Estado
OE	- Orçamento do Estado
PIDDAC	- Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
POC-Ed	- Plano Oficial de Contas para o sector de Educação
RCP	- Remunerações certas e permanentes
RJIES	- Regime jurídico das instituições do ensino superior
RUNL	- Reitoria da UNL
SAS	- Serviços de Acção Social da UNL
UNL	- Universidade Nova de Lisboa
UO's	- Unidades Orgânicas

Mensagem do Reitor

A Universidade Nova de Lisboa prosseguiu em 2013 os seus objetivos de longo prazo, traduzidos em desenvolver uma investigação competitiva no plano internacional, um ensino de excelência, nomeadamente nos segundos e terceiros ciclos, e uma prestação de serviços de qualidade, a nível nacional e internacional.

A atividade universitária desenvolveu-se em 2013 num contexto de forte restrição orçamental, acréscimo de restrições sobre a autonomia de gestão da instituição universitária e incerteza decorrente das necessidades das contas públicas. No ano de 2013, as alterações a nível das remunerações fixadas pelo Estado levaram a um aumento da dotação com origem no Orçamento do Estado, para fazer face a essas alterações.

As verbas destinadas a investigação mantiveram-se praticamente constantes, resultado de uma diminuição da transferência para este fim do Orçamento do Estado ter sido compensado por um programa europeu com essencialmente a mesma dimensão. Este será um desafio que permanecerá nos próximos anos.

De forma similar aos anos anteriores, houve a opção estratégica de proteger tanto quanto possível, a investigação científica.

O ano de 2013 confirmou, a nível agregado, o ponto de viragem na situação financeira da Universidade Nova de Lisboa ocorrido em 2012, com a apresentação de um resultado global negativo, existindo diversidade de situações ao nível das diferentes unidades orgânicas.

O principal elemento da estrutura de custos da Universidade está no custos com pessoal, cuja evolução é sobretudo determinada pela fixação salarial por parte do Governo, e à qual as universidades são alheias.

Em termos de recursos físicos, manteve-se a tendência de diminuição no número de trabalhadores da universidade. O pessoal docente manteve-se praticamente inalterado. Ocorreu um decréscimo preocupante no número de investigadores, nomeadamente ligados a laboratórios associados e ao Programa Ciência. Também no pessoal não

docente se verificou uma redução. A redução do número de investigadores virá quase inevitavelmente a refletir-se na produção científica da Universidade Nova de Lisboa.

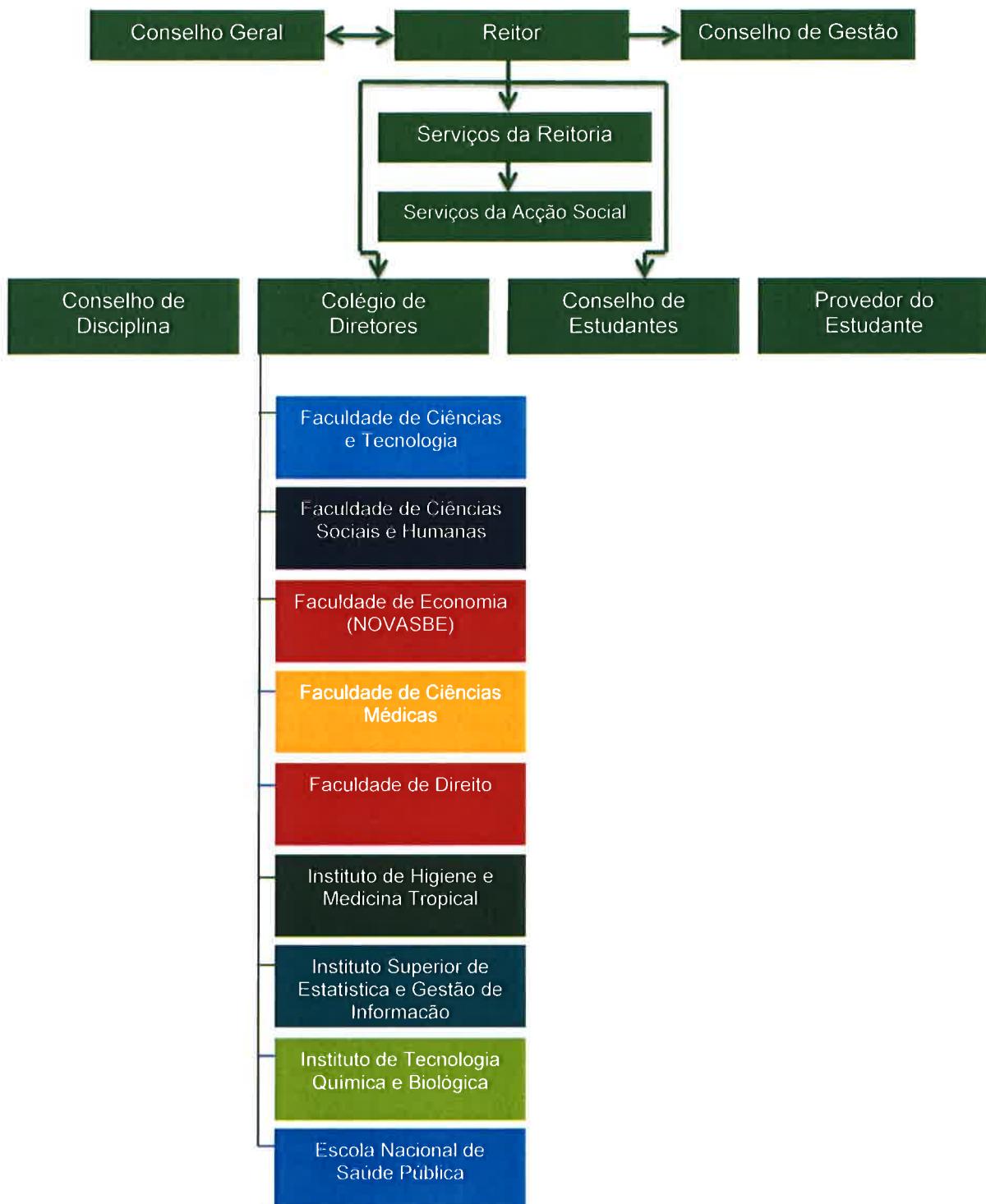
A Universidade Nova de Lisboa continuou ser afetada pela atual situação económica das contas públicas e do país. Neste contexto, a preocupação com a investigação e com o ensino, centrais na sua missão, permitiu a manutenção das principais atividades. A perda de investigadores, mesmo que num contexto de quase manutenção das aplicações de fundos a essa área, continuando uma trajetória iniciada em 2012, deixa uma forte nota de preocupação (redução de cerca de 1/3).

PREÂMBULO

Dando cumprimento à legislação em vigor, foi elaborado, anualmente, o Relatório de Gestão e Contas Consolidadas, procurando produzir informação para que o Conselho Geral e demais órgãos internos, bem como entidades externas, pudessem avaliar as contas associadas à atividade desenvolvida durante o exercício de 2013.

A **Universidade Nova de Lisboa** (UNL) é constituída por nove Unidades Orgânicas (cinco faculdades, três institutos e uma escola), pelos Serviços de Acção Social e Reitoria:

- Faculdade de Ciências Médicas da UNL
- Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL
- Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNL
- Faculdade de Direito da UNL
- Faculdade de Economia da UNL
- Instituto de Higiene e Medicina Tropical da UNL
- Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da UNL
- Instituto de Tecnologia Química e Biológica da UNL
- Escola Nacional de Saúde Pública
- Serviços de Acção Social da UNL
- Reitoria da UNL



INTRODUÇÃO

A *Universidade Nova de Lisboa* foi fundada a 11 de Agosto de 1973 é uma instituição universitária com investigação reconhecida internacionalmente e ensino de qualidade, orientado progressivamente para os segundo e terceiros ciclos, capaz de assegurar elevados níveis de sucesso profissional aos seus estudantes e de prestar relevantes serviços à comunidade, nacional e internacional; uma universidade com elementos distintivos no plano nacional – tanto nos programas de formação, como na investigação fundamental e aplicada – e com parcerias estratégicas e de excelência.

É constituída por pessoas coletivas de direito público, dotadas de autonomia administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar e que exercem as suas atividades nos termos dos Estatutos da Universidade publicados, no Diário da República n.º 164, de 26 de Agosto de 2008, n.º 208 e do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), aprovado pela Lei n.º 62/2007 de 10 de Setembro.

1.1. MISSÃO

A missão da UNL, enquanto instituição universitária que se pretende de referência, desenvolve-se nos seguintes planos:

- a) Uma investigação competitiva no plano internacional, privilegiando áreas interdisciplinares, incluindo a investigação orientada para a resolução dos problemas que afetam a sociedade;
- b) Um ensino de excelência, com um ênfase crescente nos segundos e terceiros ciclos, mas fundado em primeiros ciclos sólidos, veiculado por programas académicos competitivos a nível nacional e internacional, erigindo o mérito como medida essencial da avaliação;
- c) Uma base alargada de participação interinstitucional, voltada para a integração das diferentes culturas científicas, com vista à criação de sinergias inovadoras para o ensino e para a investigação;
- d) Uma prestação de serviços de qualidade, quer no plano interno, quer no plano internacional, capaz de contribuir de forma relevante para o desenvolvimento social e para a qualificação dos recursos humanos, dedicando particular atenção aos países onde se fala a língua portuguesa.

(Artigos 1º e 2º dos Estatutos da UNL - 26 de Agosto de 2008)

No âmbito da sua missão, a UNL visa o ensino, a criação e a disseminação do conhecimento científico nas áreas da saúde, tecnologia, humanidades, artes e demais domínios do saber, assentes na investigação do seu corpo docente.

2. ÓRGÃOS

A UNL é integrada pelos seguintes órgãos (art.º 4 dos Estatutos):

- a) Conselho Geral;
- b) Reitor;
- c) Colégio de Diretores;
- d) Conselho de Estudantes;
- e) Conselho de Disciplina;
- f) Conselho de Gestão;
- g) Provedor do Estudante.

No âmbito das suas competências, definidas no art.º 6 dos Estatutos da UNL, ao Conselho Geral compete, nomeadamente, aprovar o orçamento, aprovar os planos estratégicos e as contas consolidadas anuais.

O Reitor é o órgão superior de governo e de representação externa da universidade, cabendo-lhe a condução da política da instituição e a presidência do Conselho de Gestão.

Ao Colégio de Diretores compete pronunciar-se sobre quaisquer assuntos que lhe sejam submetidos pelo Reitor e é obrigatória a consulta a este órgão, designadamente, no que diz respeito ao Orçamento e contas anuais consolidadas.

O Conselho de Estudantes pode pronunciar-se, a pedido do Reitor, sobre quaisquer assuntos relacionados com atividades dos estudantes.

O Conselho de Disciplina é um órgão consultivo da UNL, na área disciplinar.

O Conselho de Gestão da Universidade Nova de Lisboa, atualmente, constituído pelo Reitor, uma Vice-Reitora e a Administradora da Universidade, e é o órgão deliberativo em matéria de gestão administrativa, financeira, patrimonial e de recursos humanos.

O Provedor do Estudante, nomeado pelo Reitor, aprecia as reclamações colocadas pelos estudantes contra "atos ou omissões" dos órgãos da UNL e emite recomendações.

3. ANÁLISE ORÇAMENTAL

3.1. FONTES DE FINANCIAMENTO

A UNL gera, anualmente, verbas provenientes do Orçamento do Estado, do Orçamento de Outras Receitas e do Orçamento PIDDAC.

As principais fontes de financiamento que proporcionaram a execução e o desenvolvimento das atividades no ano de 2013 foram:

- Orçamento do estado
 - 31 Estado Receitas gerais (RG)
 - 311 Estado RG não afetas a projetos cofinanciados
 - 313 Saldos de RG não afetas a projetos cofinanciados
 - 314 Saldos de RG afetas a projetos cofinanciados
 - 319 Transferências de RG entre organismos
 - 35 Receitas Gerais afetas a projetos cofinanciados
 - 358 Saldos de RG afetas a projetos cofinanciados
 - 359 Transferências de RG afetas a projetos cofinanciados
- Financiamento da EU
 - 41 Feder - QCA III
 - 411 Feder - QCA III
 - 412 Feder – PO Fatores de Competitividade
 - 42 Feder Cooperação
 - 422 Feder - Cooperação Transnacional
 - 44 Fundo Social Europeu
 - 442 Fundo Social Europeu – PO Potencial Humano
 - 445 Fundo Social Europeu – Assistência Técnica
 - 45 Feoga Orientação / FEADER
 - 452 FEADER
 - 480 Outros
- Outras fontes
 - 510 Auto financiamento RP (Receitas próprias)
 - 520 Saldos de RP transitados
 - 540 Transferências de RP entre organismos

3.2. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO

Às dotações atribuídas pelo Orçamento do Estado (FF 311), foram adicionadas verbas referentes a outras fontes de financiamento e saldos da gerência anterior. Do Orçamento corrigido total foi processada despesa e autorizados pagamentos.

Verificou-se que, do total do orçamento executado, as despesas com remunerações certas e permanentes, incluindo os encargos com a CGA, representaram em média **66%** do total das despesas pagas.

Quadro 1 – Execução Orçamento de Funcionamento

Execução Orçamento Funcionamento	2013	2012	2011
Dotação inicial	58.088.039	55.876.029	71.330.953
Dotação Corrigida ¹	153.735.535	134.408.155	156.488.350
Despesa paga	123.572.239	117.042.011	131.564.777
Remunerações certas e permanentes (RCP)	82.245.807	74.042.353	87.398.017
% Despesas pagas em RCP	66,6%	63,3%	66,4%

Unidade: Euros

Fonte: SIGO

3.3. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PIDDAC

Em Orçamento PIDDAC, foi atribuída dotação, no valor de 1.000.000,00€ para o projeto de construção dos edifícios da Biblioteca e Laboratórios, para a Faculdade de Ciências Médicas, no recinto do Instituto Bacteriológico Câmara Pestana. Esta verba foi deduzida do valor relativo a cativações no montante de 125.000,00€.

Quadro 2 – Execução Orçamento PIDDAC

Execução Orçamento PIDDAC	2013	2012	2011
Dotação inicial	1.000.000	2.000.000	5.000.000
Cativações	125.000	250.000	625.000
Dotação corrigida	1.176.670	4.076.050	6.393.598
Despesa paga	981.977	3.671.335	4.477.545

Unidade: Euros

Fonte: SIGO

¹ Dotação corrigida: Dotação inicial do OE (FF 311), acrescida das verbas previstas nas fontes de financiamento (FF 3xx, 4xx e 5xx) e saldos de gerência

3.4. RECEITA

A receita cobrada correspondeu em média no triénio a 94% do orçamento corrigido com a seguinte distribuição:

Quadro 3 – Evolução da execução da receita cobrada

Ano	Orçamento corrigido	Receita cobrada	%
2013	153.735.535	147.407.032	95,88%
2012	148.776.938	138.484.205	93,08%
2011	163.964.882	152.917.073	93,26%

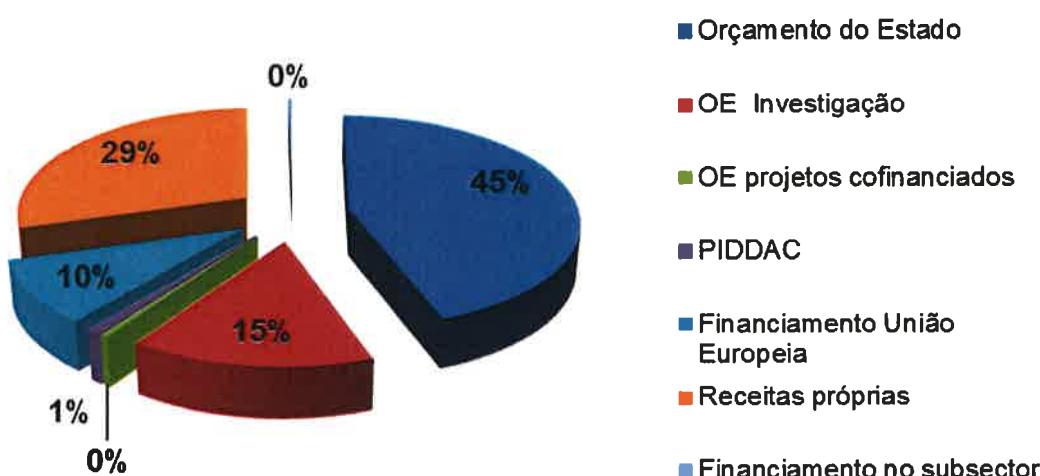
Unidade: Euros

Fonte:
SIGO

Quadro 4 - Execução receita cobrada 2013

Receita	Orçamento do Estado	OE Investigação	OE projetos cofinanciados	PIDDAC	Financiamento União Europeia	Receitas próprias	Financiamento no subsector	Total
FF	311/313	319/358/359	319	311	4XX	510/520	540	
Corrente	63.108.981	2.225.481	300.932	125.310	8.126.094	32.631.757	479.559	106.998.113
Capital	128.524	19.807.240	454.667	749.690	1.272.757	319.767		22.732.645
Saldos	2.455.302	57.279		404.714	4.761.548	9.997.431		17.676.274
Total	65.692.807	22.090.001	755.598	1.279.714	14.160.398	42.948.955	479.559	147.407.032

Gráfico 1 - Receitas cobradas por fontes de Financiamento 2013



Em termos de análise de origem dos fundos temos a seguinte repartição:

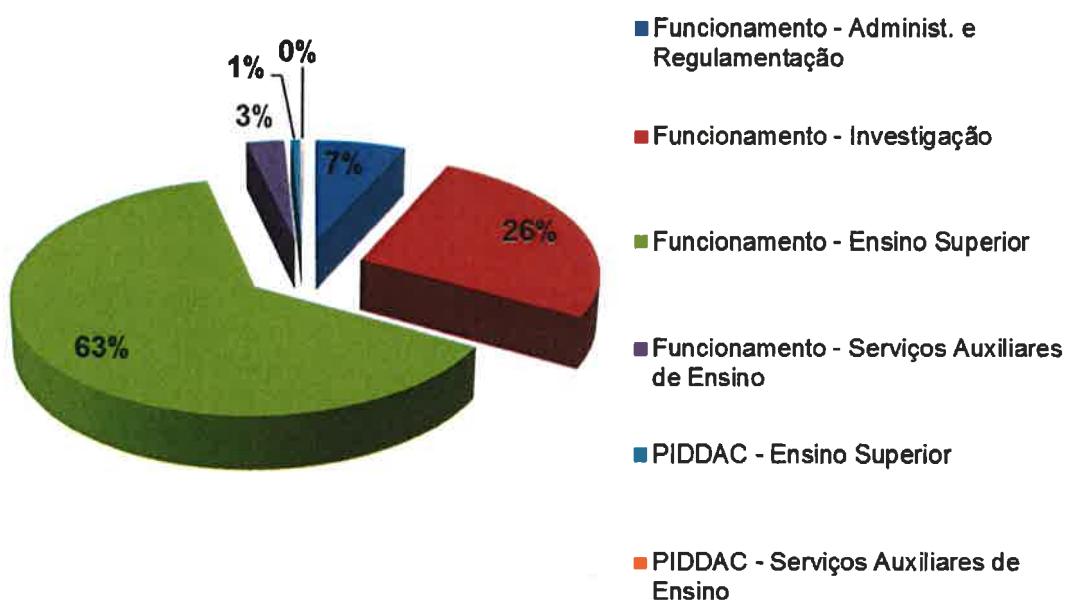
Quadro 5 - Origem de fundos por medidas e programas

Origem de fundos	2013	2012	2011
Funcionamento - Administração e Regulamentação	9.956.819	8.038.966	6.368.866
Funcionamento - Investigação	38.856.497	38.505.951	36.782.812
Funcionamento - Ensino Superior	93.077.699	83.935.863	99.170.144
Funcionamento - Serviços Auxiliares de Ensino	4.236.303	3.927.376	4.826.655
PIDDAC - Ensino Superior	1.129.056	2.890.391	4.578.234
PIDDAC - Serviços Auxiliares de Ensino	150.659	1.185.658	1.190.360
Total	147.407.032	138.484.205	152.917.073

Unidade: Euros

Fonte: Conta de Gerência

Gráfico 2 - Origem de Fundos por medidas e programas 2013



Quadro 6- Análise da origem dos fundos versus a sua aplicação

Fontes Financiamento/Medidas	Funcionamento - Administração e Regulamentação	Funcionamento - Investigação	Funcionamento - Ensino Superior	Funcionamento - Serviços Auxiliares de Ensino	PIDDAC - Ensino Superior	PIDDAC - Serviços Auxiliares de Ensino	Total
Orçamento do Estado	4.692.269	802.233	58.358.165	1.840.139			65.692.807
OE Investigação		22.090.002					22.090.002
OE projetos cofinanciados			755.598				755.598
PIDDAC					1.129.056	150.659	1.279.714
Financiamento UE	3.479.683	10.310.368	370.347				14.160.398
Receitas próprias	1.605.321	5.466.994	33.491.825	2.384.814			42.948.954
Financiamento subsector	179.545	186.901	101.763	11.350			479.559
Receita Total	9.956.819	38.856.497	93.077.699	4.236.303	1.129.056	150.659	147.407.032

Unidade: Euros

Fonte: SIGO

3.5. DESPESA

Do valor total da despesa paga temos a seguinte distribuição por fonte de financiamento:

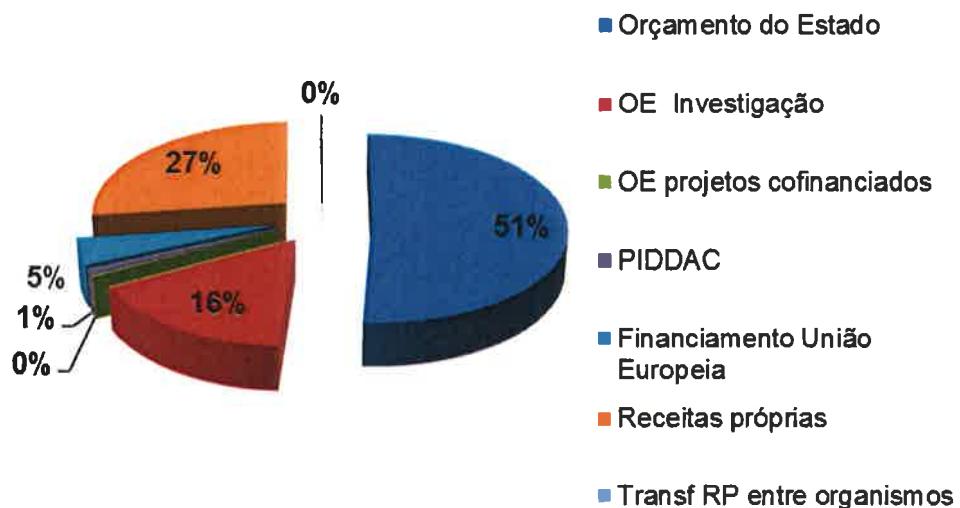
Quadro 7 – Evolução da execução da despesa paga por Fonte de Financiamento

Despesa paga	2013	2012	2011
Orçamento do Estado	63.535.183	56.731.799	70.469.491
OE Investigação	20.039.726	23.651.103	20.459.039
OE projetos cofinanciados	426.256	46.917	62.453
PIDDAC	981.877	3.671.335	4.477.544
Financiamento União Europeia	5.702.744	3.633.805	4.841.658
Receitas próprias	33.767.342	32.549.341	35.234.123
Transf RP entre organismos	247.829	429.046	498.014
Total	124.700.956	120.713.346	136.042.322

Unidade: Euros

Fonte: SIGO

Gráfico 3 - Despesas por Fontes de Financiamento 2013



A aplicação dos fundos distribui-se da seguinte forma:

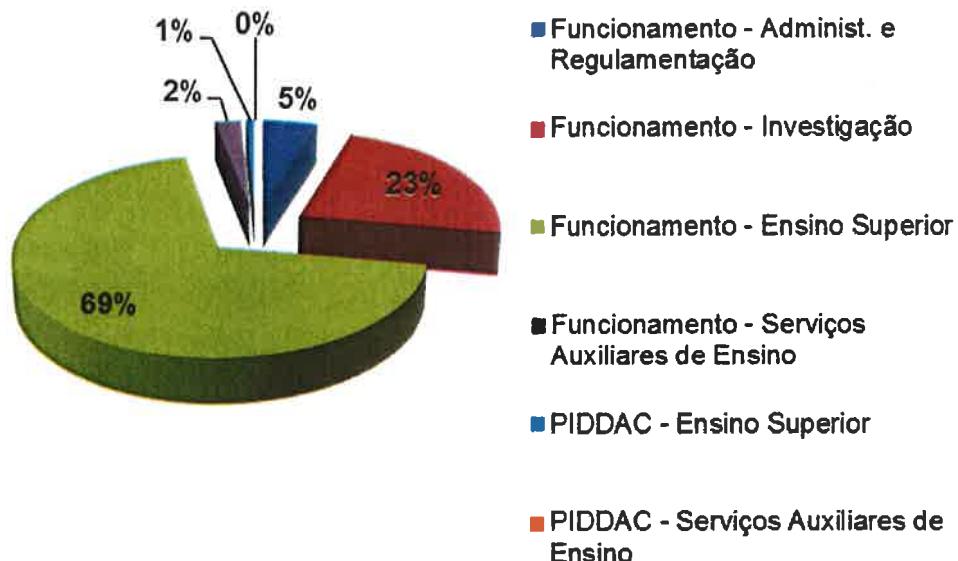
Quadro 8 - Aplicação de fundos por medidas e programas

Aplicação de fundos	2013	2012	2011
Funcionamento - Administração e Regulamentação	5.995.550	5.934.605	4.903.672
Funcionamento - Investigação	28.519.972	30.659.340	30.058.186
Funcionamento - Ensino Superior	86.308.161	77.634.746	92.676.658
Funcionamento - Serviços Auxiliares de Ensino	2.895.397	2.813.320	3.926.263
PIDDAC - Ensino Superior	981.877	2.636.335	4.472.843
PIDDAC - Serviços Auxiliares de Ensino	0	1.035.000	4.701
Total	124.700.956	120.713.346	136.042.322

Unidade: Euros

Fonte: SIGO

Gráfico 4 - Aplicação de Fundos por medidas e programas 2013



Quadro 9 – Análise da despesa paga por Fonte de Financiamento versus a sua aplicação

Fontes Financiamento/Medidas	Funcionamento - Administração e Regulamentação	Funcionamento - Investigação	Funcionamento - Ensino Superior	Funcionamento - Serviços Auxiliares de Ensino	PIDDAC - Ensino Superior	Total
Orçamento do Estado	3.852.297	433.533	57.833.550	1.415.803		63.535.183
OE Investigação		20.039.726				20.039.726
OE projetos cofinanciados			426.256			426.256
PIDDAC					981.877	981.877
Financiamento UE	1.066.721	4.471.128	164.895			5.702.744
Receitas próprias	1.004.704	3.484.199	27.810.195	1.468.243		33.767.342
Financiamento no subsector	71.828	91.386	73.265	11.350		247.829
Despesa Total	5.995.550	28.519.972	86.308.161	2.895.397	981.877	124.700.956

Unidade: Euros

Fonte: SIGO

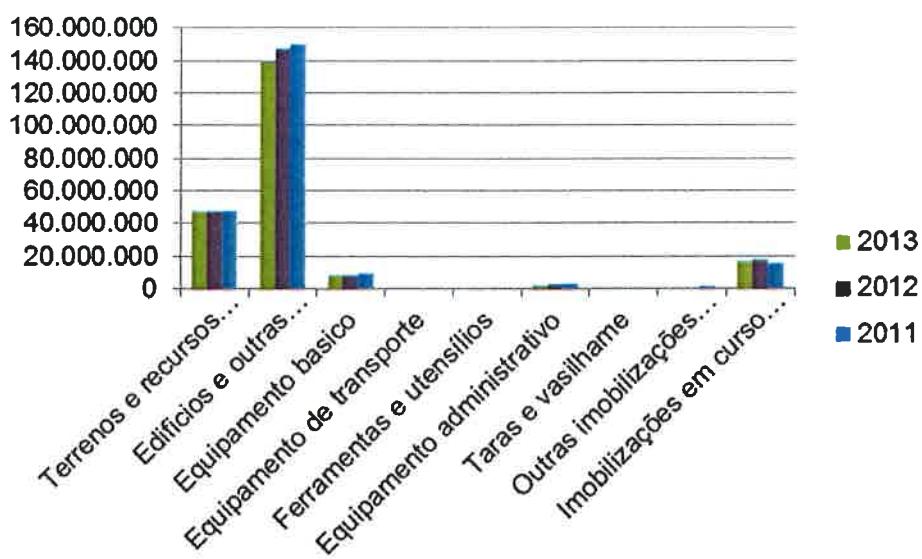
4. ANÁLISE SITUAÇÃO ECONÓMICA FINANCEIRA

4.1. EVOLUÇÃO DO IMOBILIZADO

Quadro 10 – Imobilizado

POC	Descrição	2013	2012	2011
421	Terrenos e recursos naturais	48.180.818	48.180.818	48.180.818
422	Edifícios e outras construções	139.186.322	147.042.613	149.871.263
423	Equipamento básico	8.030.753	8.402.274	8.841.692
424	Equipamento de transporte	2.119	12	57.234
425	Ferramentas e utensílios	296.222	369.674	447.802
426	Equipamento administrativo	2.345.976	2.620.330	3.275.538
427	Taras e vasilhame	0	121	241
429	Outras imobilizações corpóreas	492.262	605.467	1.037.307
442	Imobilizações em curso de imob. corpórea	17.421.792	17.498.660	15.181.118
TOTAL		215.956.266	224.719.970	226.893.013

Gráfico 5 - Evolução Imobilizado corpóreo



Do valor das imobilizações em curso, destacam-se as seguintes:

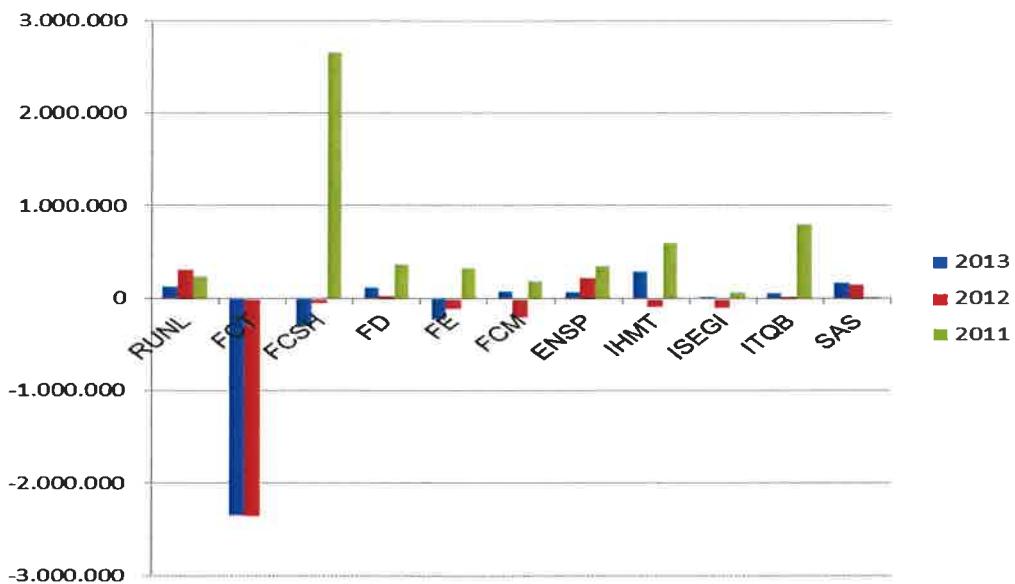
- Construção dos laboratórios e biblioteca da Faculdade de Ciências Médicas, no recinto do Instituto Bacteriológico Câmara Pestana, suportada por verbas de orçamento PIDDAC e de receitas próprias, no valor de 13.257.024,00 euros;
- Expropriações do Campus da Caparica, no valor de 4.117.425,00 euros.

4.2. EVOLUÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Quadro 11 - Resultado líquido do exercício

Unidade	VALOR			%		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
RUNL	126.445	325.133	234.323	-6,42	-15,71	4,18
FCT	-2.335.457	-2.336.776	-2.287	118,53	112,88	-0,04
FCSH	-306.840	-40.362	2.660.631	15,57	1,95	47,51
FD	116.926	32.037	377.115	-5,93	-1,55	6,73
FE	-227.008	-102.732	329.633	11,52	4,96	5,89
FCM	75.181	-187.735	182.149	-3,82	9,07	3,25
ENSP	61.524	232.507	347.297	-3,12	-11,23	6,20
IHMT	294.694	-80.450	598.363	-14,96	3,89	10,68
ISEGI	916	-92.791	67.009	-0,05	4,48	1,20
ITQB	53.265	27.328	799.325	-2,70	-1,32	14,27
SAS	170.050	153.769	7.079	-8,63	-7,43	0,13
Total	-1.970.303	-2.070.072	5.600.638	100,00	100,00	100,00
Intergrupo ⁽²⁾	-4.644	2.989.985	234.653			
Consolidado	-1.974.947	919.913	5.835.291			

Gráfico 6 - Análise dos resultados do exercício



Em 2012, não foram contabilizados os acréscimos de custos do subsídio de férias na sua totalidade, atendendo a que à data de encerramento de contas ainda não tinha sido publicado diploma legal que contemplasse a reposição da obrigatoriedade do pagamento

² Movimentos intergrupo de eliminação/reclassificação de registos devido a contabilizações diferentes nas várias entidades e anulação de transações. Em 2012, o valor refere-se substancialmente aos acréscimos de custos com o subsídio de férias de acordo com a LOE.

do subsídio de férias suspenso pela Lei do Orçamento de Estado (LOE), facto entretanto considerado inconstitucional pelo Tribunal Constitucional.

Ao efetuar um estudo mais detalhado, unidade a unidade, verifica-se uma variação negativa do resultado líquido do exercício devido ao aumento dos custos com o pessoal, nomeadamente o pagamento do subsídio de férias, diferentes critérios de especialização dos mesmos (2012 e 2013) e o aumento das taxas de encargos sociais (CGA passou de 15% para 20% e Segurança Social de 22,30% para 23,75%), apesar do reforço de Orçamento do Estado.

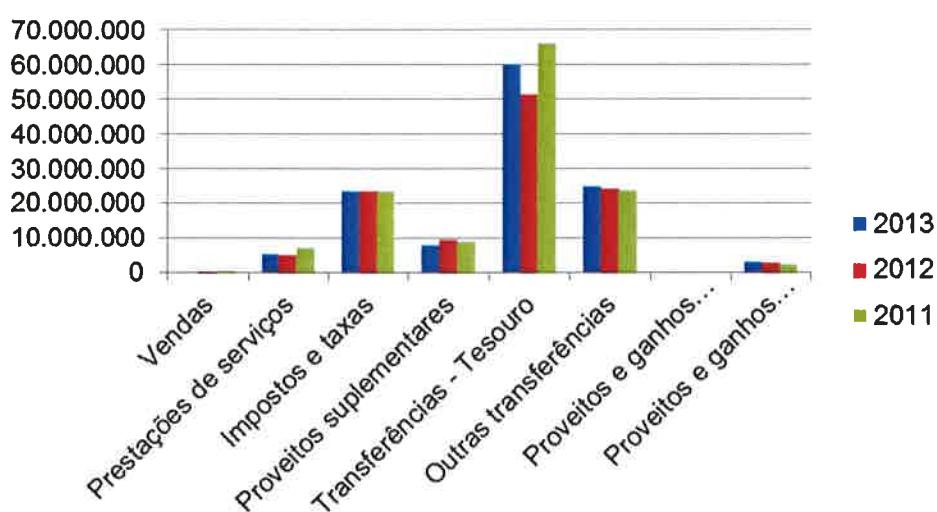
As rubricas de impostos e taxas (propinas) e de proveitos suplementares, sofreram uma diminuição significativa, o que contribuiu também para o resultado negativo.

1.1. PROVEITOS E GANHOS

Quadro 12 - Proveitos e ganhos

Proveitos e ganhos	2013	2012	2011
Vendas	402.347	417.597	424.310
Prestações de serviços	5.464.467	5.608.566	7.344.215
Impostos e taxas	23.661.779	24.119.716	23.713.527
Proveitos suplementares	7.854.687	9.795.737	9.262.675
Transferências - Tesouro	60.318.080	51.738.018	66.179.505
Outras transferências	25.074.573	24.786.932	23.791.896
Proveitos e ganhos financeiros	21.793	25.356	49.943
Proveitos e ganhos extraordinários	3.118.863	3.014.206	2.629.926
Total	125.916.589	119.506.127	133.395.997

Gráfico 7 - Proveitos e ganhos



Conforme acima referido a variação negativa dos proveitos deve-se, essencialmente, à diminuição das taxas e dos proveitos suplementares.

Gráfico 8 - Análise proveitos 2013



Numa análise mais detalhada das rubricas destacam-se:

- Transferências do Tesouro (verbas provenientes do OE) que representaram 48% dos proveitos em 2013;
- Impostos e taxas com 19%, referentes a propinas e emolumentos (20% em 2012);
- Outras transferências (receita obtida de serviços e fundos autónomos e outras entidades como seja a Fundação para a Ciência e Tecnologia, e outros financiamentos para projetos de investigação e bolsas), representando 20%;
- Os proveitos suplementares, obtidos em alugueres de equipamentos e instalações e estudos, cujo montante representa 6% das verbas arrecadadas;
- Os proveitos e ganhos extraordinários (3%) devem-se ao reconhecimento dos proveitos no ano económico relativos a subsídios para investimento (amortizações de imobilizado) e a correções relativas a exercícios anteriores.

Quadro 13 - Detalhe de rubrica de vendas e prestação de serviços

Vendas e Prestação de Serviços	2013	2012	2011
Vendas	402.347	417.597	424.310
Mercadorias	63.844	67.544	77.179
Produtos Acabados e Intermédios	338.503	350.053	347.132
Prestações de Serviços	5.464.467	5.608.566	7.344.215
Serviços de Alimentação	247.072	308.373	1.019.827
Serviço de Alojamento	648.002	663.786	545.750
Realização de Análises Clínicas	285.141	231.823	345.110
Serviços prestados ao exterior	1.151.463	1.372.955	1.621.277
Serviços Diversos	3.086.701	2.994.863	3.802.360
Análises	46.088	36.766	9.891

Em relação às vendas e prestações de serviços destacam-se:

- Serviços diversos (53%), na qual se englobam proveitos diversos de docência (22%), ações de formação (10%) e outros serviços (trabalhos de seminários, de especialização e outros) (21%);
- Serviços prestados ao exterior (19%), no âmbito da realização de estudos e assistência técnica;
- Serviços de alojamento (11%) e serviços de alimentação (5%).

Gráfico 9 - Vendas e prestações de serviços 2013

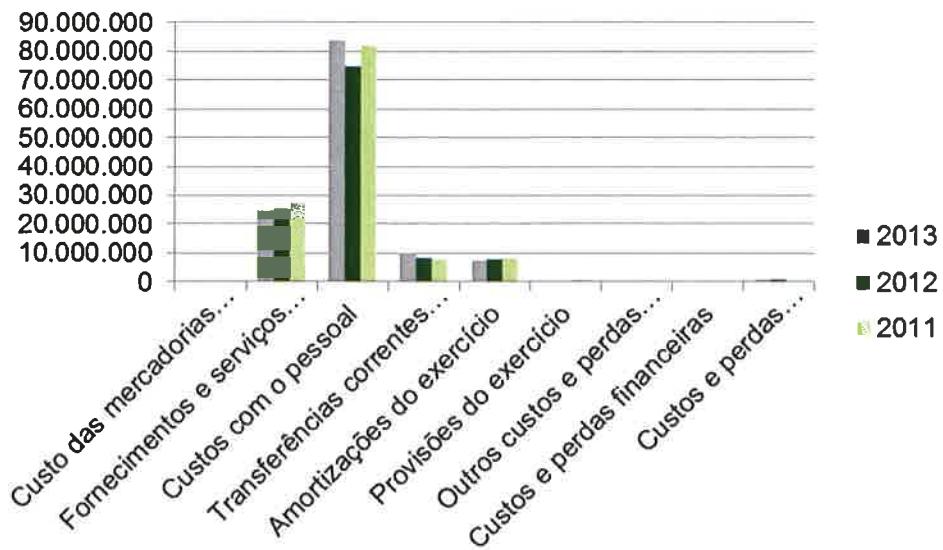


1.2. CUSTOS E PERDAS

Quadro 14 - Custos e perdas

Custos e Perdas	2013	2012	2011
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	446.994	501.131	522.304
Fornecimentos e serviços externos	24.845.643	25.495.305	27.488.384
Custos com o pessoal	83.707.632	74.755.772	82.138.562
Transferências correntes concedidas e prestações Sociais	10.079.132	8.323.994	7.834.301
Amortizações do exercício	7.316.409	8.042.135	8.321.973
Provisões do exercício	346.441	298.617	610.971
Outros custos e perdas operacionais	228.245	198.546	225.039
Custos e perdas financeiras	85.000	84.348	88.713
Custos e perdas extraordinários	836.040	886.367	330.459
Total	127.891.536	118.586.214	127.560.706

Gráfico 10 - Custos e perdas

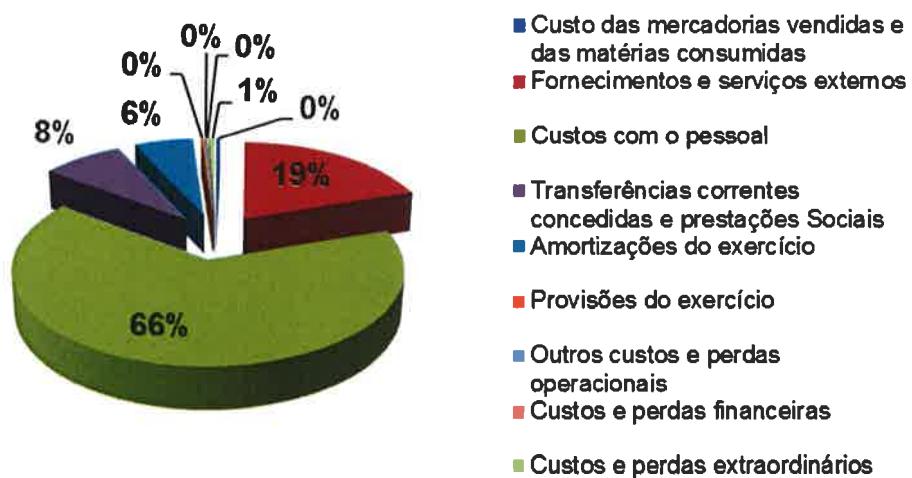


Em 2013, da análise das grandes rubricas salienta-se o facto das despesas com o pessoal representarem 66% (valor calculado com base nas despesas pagas mais os acréscimos, referentes ao subsidio de férias e férias a pagar no ano seguinte) e os fornecimentos e serviços externos 19% do valor total.

As transferências correntes concedidas e as prestações sociais representam 8% dos custos, e englobam as bolsas, subsídios atribuídos e transferências para instituições sem fins lucrativos.

Em termos de apuramento do resultado líquido do exercício é importante referir as amortizações que representaram 6% dos custos.

Gráfico 11 - Análise dos custos 2013



2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas, de acordo os princípios contabilísticos definidos no Plano Oficial de Contabilidade Pública, para o sector de educação, (POC-Ed) – Portaria n.º 794/2000, de 20 de setembro e do RJIES, Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, como se se tratasse de uma única entidade e com estas pretende-se dar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados obtidos pela UNL.

As demonstrações financeiras consolidadas integram:

- Balanço consolidado;
- Demonstração dos resultados consolidados;
- Anexo ao balanço consolidado e à demonstração dos resultados consolidados.

Todos estes documentos foram elaborados com base nas normas estabelecidas no POC-Educação, na aplicação de critérios e procedimentos uniformizados e continuidade de operações, por parte de todas as entidades que integram o grupo de consolidação.

A 31 de dezembro de 2013, foram apurados os custos diferidos, relativos a seguros e outros serviços em curso, bem como os acréscimos de custos com comunicações, água, energia, gás e outros serviços, conforme previsto pelo *princípio da especialização*. No âmbito do mesmo princípio, foram também calculados os acréscimos de custos com as Férias e Subsídios de Férias do ano, que serão pagos em 2014. Foram também registados, proveitos diferidos relativos a propinas e bolsas.

As contas foram consolidadas pelo método de agregação simples, que consiste em adicionar as demonstrações financeiras das entidades incluídas no perímetro de consolidação. Para além disso as principais transações ocorridas entre as entidades foram eliminadas, nomeadamente:

- As dívidas entre entidades incluídas na consolidação;
- Os proveitos e ganhos e os custos e perdas relativos a operações efetuadas entre entidades incluídas no perímetro de consolidação;
- Operações de transferências e subsídios entre as entidades.

2.1. BALANÇO CONSOLIDADO

Quadro 15 – Balanço

Código das Contas	ACTIVO	Exercícios			
		A.B.	A.A.	A.L.	2012 A.L.
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público				
45.1	Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
45.2	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
45.5	Bens de património histórico, artístico e cultural	44.865,46	0,00	44.865,46	44.865,46
		44.865,46	0,00	44.865,46	44.865,46
	Imobilizações Incorpóreas:				
43.1	Despesas de Instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
43.3	Propriedade industrial e outros direitos	907.931,35	342.727,10	565.204,25	584.424,76
44.3	Imobilizações em curso de imob. Incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		907.931,35	342.727,10	565.204,25	584.424,76
	Imobilizações corpóreas:				
42.1	Terrenos e recursos naturais	48.180.818,29	0,00	48.180.818,29	48.180.818,29
42.2	Edifícios e outras construções	175.385.172,25	36.198.850,06	139.186.322,19	147.042.613,18
42.3	Equipamento básico	48.531.189,99	40.500.436,58	8.030.753,41	8.402.274,24
42.4	Equipamento de transporte	211.810,22	209.690,93	2.119,29	12,07
42.5	Ferramentas e utensílios	1.327.827,73	1.031.605,40	296.222,33	369.674,10
42.6	Equipamento administrativo	22.912.786,48	20.566.810,56	2.345.975,92	2.620.329,78
42.7	Taras e vasilhame	3.084,23	3.084,23	0,00	120,84
42.9	Outras imobilizações corpóreas	23.318.076,05	22.825.813,64	492.262,41	605.467,37
44.2	Imobilizações em curso de imob. corpóreas	17.421.792,24		17.421.792,24	17.498.660,19
44.8	Adiantamentos por conta de imob. corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		337.292.557,48	121.336.291,40	215.956.266,08	224.719.970,06
	Investimentos Financeiros:				
41.1	Partes de capital	2.708.860,11	118.145,08	2.590.715,03	2.579.360,11
41.2	Obrigações e títulos de participação	38.906,19	0,00	38.906,19	38.906,19
41.5	Outras aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
		2.747.766,30	118.145,08	2.629.621,22	2.618.266,30
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	202.642,07	0,00	202.642,07	179.582,26
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Mercadorias	21.396,30	0,00	21.396,30	23.397,28
		224.038,37	0,00	224.038,37	202.979,54
	Dividas de terceiros - Médio e longo prazo:				
28.1 2+28.2.2	Empréstimos concedidos	9.181,00	0,00	9.181,00	9.181,00
21	Clientes, alunos e utentes	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Outros devedores	0,00	0,00	0,00	0,00
		9.181,00	0,00	9.181,00	9.181,00
	Dividas de terceiros - Curto prazo:				
21.1	Cientes, c/c	0,00		0,00	2.520.864,25
21.2	Alunos c/c	2.610.506,84		2.610.506,84	11.232.209,75
21.3	Utentes c/c	10.965.055,01		10.965.055,01	101.671,22
21.4	Cientes, alunos e utentes - Títulos a receber	129.454,52		129.454,52	0,00
21.8	Cientes, alunos e utentes de cobr dudiosa	0,00		0,00	477.536,29
25.1	Devedores pela execução do orçamento	3.426.782,81	2.884.794,69	541.988,12	0,00
22.9	Adiantamentos a fornecedores	0,00		0,00	3.433,12
26.1.9	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	4.947,47		4.947,47	0,00
24	Estado e outros entes públicos	105.980,22		105.980,22	593.440,77
26	Outros devedores	857.820,07		857.820,07	4.000.981,35
		18.100.546,94	2.884.794,69	15.215.752,25	18.930.136,75
	Depósitos bancários e caixa:				
13	Conta no tesouro	15.083.965,64		15.083.965,64	10.125.020,33
12	Depósitos bancários	8.303.194,38		8.303.194,38	8.112.863,91
11	Caixa	40.645,22		40.645,22	46.133,28
		23.427.805,24		23.427.805,24	18.284.017,52
	Acréscimos e diferimentos				
27.1	Acréscimos de proveitos	3.414.757,89		3.414.757,89	4.312.415,09
27.2	Custos diferidos	396.719,30		396.719,30	260.196,92
		3.811.477,19		3.811.477,19	4.572.612,01
	Total de amortizações		121.679.018,50		
	Total de provisões		3.002.939,77		
	Total do activo	386.566.169,33	124.681.958,27	261.884.211,06	269.966.453,40

Código das Contas	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2013	2012
	Fundos próprios:		
51	Capital	118.575.569,80	103.031.661,48
55	Ajustam. de partes de capital em emp. ou ent.	3.117,49	3.117,49
56	Reservas de reavaliação	20.747.640,17	19.916.468,05
		139.326.327,46	122.951.247,02
	Reservas:		
57.1	Reservas legais	0,00	0,00
57.2	Reservas estatutárias	0,00	0,00
57.3	Reservas contratuais	1.490,65	1.490,65
57.4	Reservas livres	16.449.884,51	16.449.884,51
57.5	Subsídios	9.035.598,66	9.035.598,66
57.6	Doações	-1.020.496,72	-1.353.965,10
57.7	Reservas decorrentes da transf. de activos	29.452,62	29.452,62
		24.495.929,72	24.162.461,34
59	Resultados transitados	10.844.518,63	35.743.523,00
88	Resultado líquido do exercício	-1.974.947,08	919.913,06
		8.869.571,55	36.663.436,06
	Total do capital próprio	172.691.828,73	183.777.144,42
	Passivo:		
29	Provisões para riscos e encargos	296.335,92	0,00
		296.335,92	0,00
	Dívidas a terceiros - m. l. prazo		
23	Empréstimos obtidos	0,00	0,00
26.1	Fornecedores imob. c/c	0,00	0,00
26	Outros credores	0,00	0,00
		0,00	0,00
	Dívidas a terceiros - curto prazo		
22.1	Fornecedores c/c	160.260,69	111.837,16
22.8	Fornecedores - Facturas em recep. e confer.	0,00	0,00
21.9	Adiantamentos de clientes, alunos e utentes	60,00	230,00
26.1.1	Fornecedores de imobilizado c/c	8.333.206,88	8.457.895,38
24	Estado e outros entes públicos	718.112,65	1.115.447,81
26	Outros credores	1.711.854,05	1.816.948,01
		10.923.494,27	11.502.358,36
	Acréscimos e diferimentos:		
27.3	Acréscimos de custos	10.613.836,59	7.541.241,45
27.4	Proveitos Diferidos	67.358.715,55	67.145.709,17
		77.972.552,14	74.686.950,62
	Total do passivo	89.192.382,33	86.189.308,98
	Total do passivo e do capital próprio	261.884.211,06	269.966.453,40

2.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

Quadro 16 - Demonstração de resultados por natureza

Código das Contas		Exercícios		
		2013		2012
	Custos e Perdas			
61	Custo mercadorias vend. e das mat. consumidas:			
	Mercadorias	37.742,97		36.780,40
	Matérias	409.250,54	446.993,51	464.350,69
62	Fornecimentos e serviços externos		24.845.643,18	
641+642	Custos com o pessoal:			
643 a 648	Remunerações	67.871.147,47		63.049.701,78
	Encargos sociais	15.836.485,02	83.707.632,49	11.706.069,82
63	Transferências correntes conc. e prest. Sociais		10.079.131,51	
66	Amortizações do exercício	7.316.408,95		8.042.135,19
67	Provisões do exercício	346.440,89	7.662.849,84	298.616,71
65	Outros custos e perdas operacionais (A)		228.245,37	
			126.970.495,90	117.615.499,09
68	Custos e perdas financeiras (C)		85.000,19	
			127.055.496,09	117.699.847,34
69	Custos e perdas extraordinários (E)		836.039,66	
			127.891.535,75	118.586.213,93
88	Resultado líquido do exercício		-1.974.947,08	
			126.916.588,67	119.506.126,99
	Proveitos e ganhos			
71	Vendas e prestações de serviços			
711	Vendas	402.347,10		417.596,65
712	Prestações de serviços	5.464.467,15	5.866.814,25	5.608.565,61
72	Impostos taxas		23.661.778,61	
73	Proveitos suplementares		7.854.686,91	
74	Transferências e subsídios correntes obtidos			
741	Transferências - Tesouro		60.318.079,91	
742 e 743	Outras		25.074.573,32	
	(B)		122.775.933,00	116.466.565,04
78	Proveitos e ganhos financeiros (D)		21.792,70	
			122.797.725,70	116.491.920,94
79	Proveitos e ganhos extraordinários (F)		3.118.862,97	
			125.916.588,67	119.506.126,99
	Resultados Operacionais: (B)-(A)		-4.194.562,90	-1.148.934,05
	Resultados Financeiros: (D-B)-(C-A)		-63.207,49	-58.992,35
	Resultados Correntes: (D-C)		-4.257.770,39	-1.207.926,40
	Resultados Líquido do Exercício: (F-E)		-1.974.947,08	919.913,06

2.3. ANEXO AO BALANÇO CONSOLIDADO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contas para o sector da Educação (POC-Ed). As notas cuja numeração é omissa neste anexo não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

Os valores monetários são expressos em euros.

I. Informações relativas às entidades incluídas na consolidação e a outras

1.1. Relativamente às entidades incluídas na consolidação:

As entidades incluídas nas Demonstrações Financeiras foram consolidadas pelo método da simples agregação, após eliminação de todas as transações ocorridas entre estas.

Fazem parte do perímetro de consolidação da UNL, as seguintes entidades:

- Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Nova de Lisboa (FCT)
Sede: Quinta da Torre, 2829-516 Caparica
- Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa (FCSH)
Sede: Avenida de Berna 26- C, 1069-061 Lisboa
- Faculdade de Economia - Universidade Nova de Lisboa (FE)
Sede: Travessa Estevão Pinto, Campus de Campolide, 1099-032 Lisboa
- Faculdade de Ciências Médicas - Universidade Nova de Lisboa (FCM)
Sede: Campo do Mártires da Pátria nº 130
- Faculdade de Direito - Universidade Nova de Lisboa (FD)
Sede: Travessa Estevão Pinto, Campus de Campolide, 1099-032 Lisboa
- Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação - Universidade Nova de Lisboa (ISEGI)
Sede: Travessa Estevão Pinto, Campus de Campolide, 1070-312 Lisboa
- Instituto de Tecnologia Química e Biológica - Universidade Nova de Lisboa (ITQB)
Sede: Avenida da República, Estação Agronómica Nacional, 2780-157 Oeiras
- Instituto de Higiene e Medicina Tropical - Universidade Nova de Lisboa (IHMT)
Sede: Rua da Junqueira, nº 100, 1349-008 Lisboa
- Escola Nacional de Saúde Pública - Universidade Nova de Lisboa (ENSP)

Sede: Avenida Padre Cruz, 1600-560 Lisboa

- Reitoria da Universidade Nova de Lisboa

Sede: Campus de Campolide, 1099-085 Lisboa

- Serviços de Acção Social da Universidade Nova de Lisboa (SAS)

Sede: Travessa Estevão Pinto, Campus de Campolide, 1099-032 Lisboa

Foi também incluído no perímetro de consolidação:

- O núcleo de prestação de serviços à comunidade – Núcleo de Prestação de Serviços do ITQB (CTQB-NPS) –, sem autonomia administrativa e financeira, incluído no ITQB, foi integrado nas demonstrações financeiras deste instituto.

1.2. Relativamente a entidades não incluídas na consolidação:

Sendo que a condição de controlo é um critério fundamental em matéria de consolidação de contas, uma vez que permite delimitar o perímetro de consolidação, isto é, possibilita a definição de quais as entidades a consolidar. Foi analisada, casuisticamente, a relação entre entidades, para validar a existência de controlo e quais os casos em que se verificava “*pelo menos uma condição de poder e uma condição de resultado*”.

Tendo presente que para se identificar as entidades a incluir na consolidação é necessário verificar se estamos perante uma *condição de controlo/poder* e que esta existe sempre que uma entidade:

- Detenha direta ou indiretamente através de entidades controladas a propriedade ou a maioria de votos da outra entidade;
- Detenha o poder garantido por legislação, de nomear ou cessar a maioria dos membros do órgão da outra entidade;
- Detenha o poder sobre a maioria dos direitos de voto na outra entidade.

E que existirá uma *condição resultado* sempre que uma entidade tem o poder de:

- Dispor de parte dos ativos da outra entidade;
- Dissolver a outra entidade;
- Obter um nível significativo do seu valor de liquidação.

Atentos também a que contudo existem casos em que podem não se verificar uma ou mais das situações anteriormente mencionadas, mas a existência de determinadas condições indicativas da existência de controlo, a saber:

- Quando uma entidade tem capacidade para vetar os orçamentos de

- funcionamento ou de investimento da outra entidade;
- Quando uma entidade tem capacidade para vetar, anular ou alterar as decisões do órgão diretivo da outra entidade;
 - Quando uma entidade tem capacidade de aprovar os salários, contratar ou cessar os cargos de direção da outra entidade;
 - Quando uma entidade detém uma participação significativa do capital da outra entidade de tal forma que lhe possibilite dirigir as suas políticas operacionais e financeiras;
 - Quando o mandado da outra entidade está estabelecido e limitado por legislação.

Face ao exposto e de acordo com a análise efetuada não foram incluídas no perímetro de consolidação as entidades, nomeadamente, de investigação associadas à UNL, com personalidade jurídica própria e sujeitas ao direito privado.

As entidades analisadas e que não foram incluídas no perímetro de consolidação são as seguintes:

- Atendendo à sua natureza jurídica, não foram integradas nas demonstrações financeiras da FCSH:
 - ILNOVA – Instituto de Línguas da Universidade Nova;
 - CEH – Centro de Estudos Históricos;
 - CIMJ – Centro de Investigação Média e Jornalismo;
 - CRIA – Polo FCSH – Centro em Rede de Investigação em Antropologia – polo FCSH;
 - CECL – Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens;
 - CETAPS – Polo FCSH - *Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies.*
- Atendendo à sua natureza jurídica, não foram integradas nas demonstrações financeiras da FE:
 - Nova Forum – Instituto de Formação de Executivos da Universidade Nova de Lisboa;
 - Associação *The Lisbon MBA Católica | Nova.*

- Atendendo à sua natureza jurídica, não foi integrada nas demonstrações financeiras do IHMT, a Associação para o Desenvolvimento da Medicina Tropical (ADMT).
- Atendendo à sua natureza jurídica, não foi integrada nas demonstrações financeiras da FCM, a Associação para a Promoção da Investigação na Faculdade de Ciência Médicas (APIFCM).
- Atendendo à sua natureza jurídica, não foi integrada nas demonstrações financeiras do ISEGI, a Associação para o Desenvolvimento do Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação (ADISEGI).
- Atendendo à sua natureza jurídica e considerando o não cabimento destas entidades no conceito de controlo e presunção de controlo não foram integradas nas demonstrações financeiras da FCT:
 - UNINOVA – Instituto de Desenvolvimento de Novas Tecnologias;
 - Associação Parque de Ciência a Tecnologia Almada / Setúbal - MADAN PARQUE.
- Atendendo ao facto da Fundação da Faculdade de Ciências e Tecnologia se encontrar em fase de liquidação, devendo esta extinção ter lugar ainda durante o ano de 2014, não foi integrada nas demonstrações financeiras da FCT.

Contudo, as UOs refletiram nas suas contas todos os aspetos financeiros relacionados com a sua participação nestas entidades, sejam quotas, contribuições para o património social, contratos de prestação de serviços, ou outros.

1.3. Número médio de trabalhadores ao serviço, durante o exercício, das entidades incluídas na consolidação, repartido por categorias.

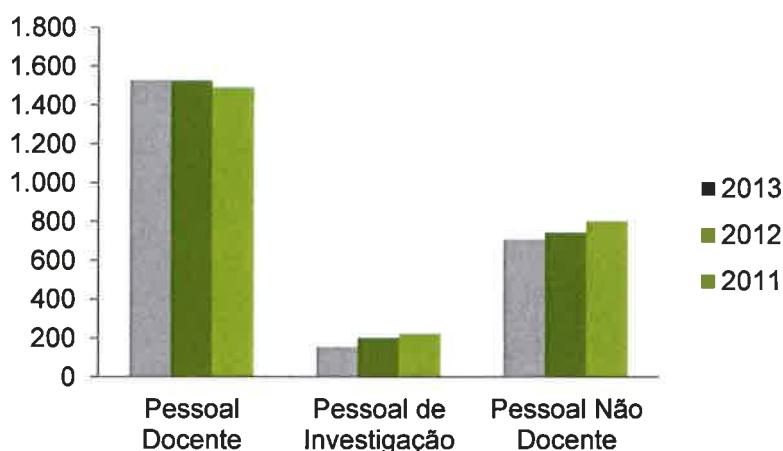
Quadro 17 - Nº de trabalhadores por categoria

Pessoal	2013	2012	2011
Pessoal Docente	1.527	1.526	1.491
Professores Catedráticos	130	126	114
Professores Associados	191	196	194
Professores Auxiliares	732	731	741
Outros	474	473	442
Pessoal de Investigação	154	202	225
Investigadores do Mapa de Pessoal	24	24	26
Investigadores de Laboratórios Associados	27	32	40
Investigadores Programas FCT	80	125	140
Investigadores contratados no âmbito de projetos	16	17	17
Outros	7	4	2
Pessoal Não Docente	707	745	804
Total	2.388	2.473	2.520

Fontes: INDEZ 2011, 2012 e 2013

Nota: Os números apresentados correspondem a contagens de indivíduos em efetividade de funções ou com remuneração a 31 dez 2013, independentemente o grau de dedicação. Não são valores em termos equivalentes a tempo integral (ETI).

Gráfico 12- Evolução do nº de pessoal



III — Informações relativas aos procedimentos de consolidação

13. Opção usada pelo conjunto das entidades incluídas na consolidação quanto à contabilização das participações em associadas.

- a. Conforme opção prevista no POC-Ed foi utilizado o custo de aquisição.

14. No caso de ter sido adotada a opção prevista na alínea d) do n.º 12.5.3.3.1 das normas, discriminação das respetivas diferenças.

- a. As participações em associadas encontram-se valorizadas pelo custo de aquisição. Não foi utilizado o método de equivalência patrimonial por indisponibilidade de demonstrações financeiras das participadas.

V — Informações relativas a políticas contabilísticas

18. Critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações financeiras consolidadas e métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões.

As demonstrações financeiras consolidadas da Universidade Nova de Lisboa foram preparadas em conformidade com a Portaria n.º 794/2000, de 20 de Setembro, que define as normas relativas à contabilidade para o Sector da Educação, tendo por base os registos contabilísticos das entidades incluídas no perímetro de consolidação referidas no ponto 1.1.

Todos os registos e documentos efetuados foram preparados segundo a convenção dos custos históricos e partindo do pressuposto da continuidade das operações, em conformidade com os princípios contabilísticos da consistência, prudência, especialização dos exercícios, substância sobre a forma, materialidade e não compensação e com o intuito de constituir um instrumento de informação para uma boa gestão.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

a) Existências

As existências são valorizadas pelo custo de aquisição, que inclui o preço de fatura e todas as despesas incorridas, até à sua entrada em armazém. As saídas são valorizadas ao custo médio ponderado.

b) Imobilizações corpóreas e amortizações

- As imobilizações corpóreas são registadas ao custo de aquisição;
- Algumas Imobilizações Corpóreas foram registadas após processos de reavaliações (edifícios reavaliados por entidade externa);

- As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, a partir da data de entrada em funcionamento dos bens, com base nas taxas máximas estabelecidas pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril, que regulamenta o Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE).

c) Dívidas de terceiros

Foram registadas provisões para dívidas a receber com base nos créditos em risco de cobrança.

d) Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e de depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas dos depósitos respetivamente.

e) Acréscimos de proveitos

Foram reconhecidos no exercício os proveitos provenientes de projetos de investigação na proporção dos custos incorridos com os mesmos até à data do fecho de contas, mesmo quando as entidades financiadoras transferiram os montantes em exercícios seguintes.

f) Acréscimo de custos – Encargos com férias e subsídios de férias

De acordo com a legislação vigente o valor das férias, subsídio de férias e respetivos encargos a pagar foi contabilizado nos custos do exercício a que dizem respeito por contrapartida de acréscimos de custos.

g) Proveitos diferidos

Foram contabilizadas as transferências de projetos e as propinas de cursos a serem reconhecidas nos exercícios seguintes. As transferências de capital do Orçamento do Estado foram reconhecidas como proveitos sendo contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam.

19. Cotações utilizadas para conversão em moeda portuguesa dos elementos incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas que sejam ou tenham sido originariamente expressos em moeda estrangeira.

As transações em moeda estrangeira foram registadas, em euros, pelas cotações em vigor à data das operações não havendo lugar ao registo de diferenças cambiais.

VI — Informações relativas a determinadas rubricas

22. Os movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constante no Balanço Consolidado e nas respetivas amortizações constantes dos quadros apresentados em seguida:

Quadro 18 - Ativo Imobilizado em 31/12/2013

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliações	Aumentos	Alienações	Transfer's e Abates	Saldo final
Bens de domínio público						
Bens de patrim. histórico, artist. e cultural	44.865,46					44.865,46
	44.865,46	0,00	0,00	0,00	0,00	44.865,46
Imobilizações incorpóreas						
Propriedade industrial e outros direitos	853.625,43		70.085,57		-15.779,65	907.931,35
	853.625,43	0,00	70.085,57	0,00	-15.779,65	907.931,35
Imobilizações corpóreas						
Terrenos e recursos naturais	48.180.818,29					48.180.818,29
Edifícios e outras construções	181.388.512,18		1.157.752,94		-7.161.092,87	175.385.172,25
Equipamento básico	46.208.598,50		2.643.149,34	-63.216,01	-257.341,84	48.531.189,99
Equipamento de transporte	220.285,62		2.285,96		-10.761,36	211.810,22
Ferramentas e utensílios	1.287.409,88		40.567,13		-149,28	1.327.827,73
Equipamento administrativo	22.014.245,62		1.443.858,60	-87.075,94	-458.241,80	22.912.786,48
Taras e vasilhame	3.084,23					3.084,23
Outras imobilizações corpóreas	23.484.862,35		83.051,55		-249.837,85	23.318.076,05
Imobilizações em curso	17.498.660,19		788.805,05	0,00	-865.673,00	17.421.792,24
	340.286.476,86	0,00	6.159.470,57	-150.291,95	-9.003.098,00	337.292.557,48
Investimentos financeiros						
Partes de capital	2.703.860,11		5.000,00		0,00	2.708.860,11
Obrigações e títulos de participação	38.906,19				0,00	38.906,19
	2.742.766,30	0,00	5.000,00	0,00	0,00	2.747.766,30
Totais	343.927.734,05	0,00	6.234.556,14	-150.291,95	-9.018.877,65	340.993.120,59

Quadro 19 - Amortizações e Provisões

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
Bens de domínio público				
Bens de patrim. histórico, artist. e cultural				0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações incorpóreas				
Propriedade industrial e outros direitos	269.200,67	76.423,39	-2.896,96	342.727,10
	269.200,67	76.423,39	-2.896,96	342.727,10
Imobilizações corpóreas				
Edifícios e outras construções	34.345.899,00	2.548.661,87	-695.710,81	36.198.850,06
Equipamento básico	37.806.324,26	3.008.592,64	-314.480,32	40.500.436,58
Equipamento de transporte	220.273,55	178,74	-10.761,36	209.690,93
Ferramentas e utensílios	917.735,78	113.898,78	-29,16	1.031.605,40
Equipamento administrativo	19.393.915,84	1.375.270,62	-202.375,90	20.566.810,56
Taras e vasilhame	2.963,39	120,84	0,00	3.084,23
Outras imobilizações corpóreas	22.879.394,98	193.262,07	-246.843,41	22.825.813,64
	115.566.506,80	7.239.985,56	-1.470.200,96	121.336.291,40
Investimentos financeiros				
Partes de capital	124.500,00		-6.354,92	118.145,08
Obrigações e títulos de participação				0,00
	124.500,00	0,00	-6.354,92	118.145,08
Totais	115.960.207,47	7.316.408,95	-1.479.452,84	121.797.163,58

28. Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado e que se vençam para além de cinco anos

Devido aos constrangimentos orçamentais, da última década, apesar do acordo ministerial realizado em 2004, continua a não ser possível dar cumprimento ao estipulado no Despacho Conjunto n.º **291/2004**, referente à reafectação ao Ministério da Ciência e do Ensino Superior de parte do PM 65/Lisboa – Colégio de Campolide, porque não foram contempladas verbas nos anos de 2006/2013, em orçamento PIDDAC, para o efeito. Como também não foi prevista qualquer verba, no Orçamento 2014, para este compromisso, o total em dívida para com o *Ministério da Defesa Nacional* irá manter-se conforme apresentado no quadro seguinte:

Quadro 20 - Protocolo Ministério da Defesa

Protocolo Ministério da Defesa Nacional	
Referente ao ano 2005	916.458,00
Referente ao ano 2006	3.000.000,00
Referente ao ano 2007	3.000.000,00
Referente ao ano 2008	3.000.000,00
Total em dívida em 31/12/2011	9.916.458,00
Reforço orçamental a 31/12/2012	1.600.000,00
Total em dívida em 31/12/2013	8.316.458,00

31. Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços por categorias de atividade e geográficas

O valor líquido consolidado das vendas e prestações de serviços apresenta a desagregação apresentada no quadro seguinte:

Quadro 21 - Vendas e prestação de serviços

Vendas e Prestação de Serviços	2013	2012	2011
Vendas	402.347,10	417.596,65	424.310,44
Mercadorias	63.844,29	67.543,84	77.178,73
Produtos Acabados e Intermédios	338.502,81	350.052,81	347.131,71
Prestações de Serviços	5.464.467,15	5.608.565,61	7.344.214,89
Serviços de Alimentação	247.071,89	308.372,94	1.019.827,37
Serviço de Alojamento	648.001,92	663.785,58	545.749,68
Realização de Análises Clínicas	285.140,73	231.823,01	345.110,35
Serviços prestados ao exterior	1.151.463,27	1.372.955,17	1.621.277,06
Serviços Diversos	3.086.701,39	2.994.862,91	3.802.359,69
Análises	46.087,95	36.766,00	9.890,74

28. Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado e que se vençam para além de cinco anos

Devido aos constrangimentos orçamentais, da última década, apesar do acordo ministerial realizado em 2004, continua a não ser possível dar cumprimento ao estipulado no Despacho Conjunto n.º **291/2004**, referente à reafectação ao Ministério da Ciência e do Ensino Superior de parte do PM 65/Lisboa – Colégio de Campolide, porque não foram contempladas verbas nos anos de 2006/2013, em orçamento PIDDAC, para o efeito. Como também não foi prevista qualquer verba, no Orçamento 2014, para este compromisso, o total em dívida para com o *Ministério da Defesa Nacional* irá manter-se conforme apresentado no quadro seguinte:

Quadro 20 - Protocolo Ministério da Defesa

Protocolo Ministério da Defesa Nacional	
Referente ao ano 2005	916.458,00
Referente ao ano 2006	3.000.000,00
Referente ao ano 2007	3.000.000,00
Referente ao ano 2008	3.000.000,00
Total em dívida em 31/12/2011	9.916.458,00
Reforço orçamental a 31/12/2012	1.600.000,00
Total em dívida em 31/12/2013	8.316.458,00

31. Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços por categorias de atividade e geográficas

O valor líquido consolidado das vendas e prestações de serviços apresenta a desagregação apresentada no quadro seguinte:

Quadro 21 - Vendas e prestação de serviços

Vendas e Prestação de Serviços	2013	2012	2011
Vendas	402.347,10	417.596,65	424.310,44
Mercadorias	63.844,29	67.543,84	77.178,73
Produtos Acabados e Intermédios	338.502,81	350.052,81	347.131,71
Prestações de Serviços	5.464.467,15	5.608.565,61	7.344.214,89
Serviços de Alimentação	247.071,89	308.372,94	1.019.827,37
Serviço de Alojamento	648.001,92	663.785,58	545.749,68
Realização de Análises Clínicas	285.140,73	231.823,01	345.110,35
Serviços prestados ao exterior	1.151.463,27	1.372.955,17	1.621.277,06
Serviços Diversos	3.086.701,39	2.994.862,91	3.802.359,69
Análises	46.087,95	36.766,00	9.890,74

34. Indicação global, para cada um dos órgãos, das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos de administração, de direção, de gerência ou de fiscalização da entidade mãe pelo desempenho das respetivas funções nesta e nas suas entidades filiais.

Quadro 22 - Remunerações dos Órgãos Diretivos

Remunerações dos Órgãos Diretivos	2013	2012	2011
64.1 Remunerações dos órgãos diretivos	2.899.375,80	2.473.584,01	2.483.134,34
64.1.1 Vencimentos	1.972.628,72	2.144.822,92	1.936.273,93
64.1.2 Subsídios de férias e de Natal	670.845,28	18.144,27	227.752,54
64.1.3 Suplementos de remunerações	248.813,65	299.911,92	319.107,87
64.1.4 Prestações sociais diretas	1.195,57	10.704,90	
64.1.9 Outras remunerações	5.892,58		

39. Demonstraçāo consolidada dos resultados financeiros, como segue:

Quadro 23 - Demonstração resultados financeiros

Código das contas	Custos e perdas	Exercícios		
		2013	2012	2011
68.1 Juros suportados	262,49	5.260,78	9.304,31	
68.5 Diferenças de câmbio desfavoráveis	3.040,17	4.178,05	6.050,77	
68.8 Outros custos e perdas financeiros	81.697,53	74.909,42	73.357,73	
Resultados Financeiros	-63.207,49	-58.992,35	-38.769,58	
	21.792,70	25.355,90	49.943,23	

Código das contas	Proveitos e ganhos	Exercícios		
		2013	2012	2011
78.1 Juros obtidos	19.751,52	22.099,86	47.984,73	
78.5 Diferenças de câmbio favoráveis	1.864,43	3.028,08	1.875,19	
78.6 Descontos de pronto pagamento obtidos	175,07	227,91	83,31	
78.8 Outros proveitos e ganhos financeiros	1,68	0,05		
	21.792,70	25.355,90	49.943,23	

40. Demonstração consolidada dos resultados extraordinários, como segue:

Quadro 24 - Demonstração resultados extraordinários

Código das contas	Custos e perdas	Exercícios			Euros
		2013	2012	2011	
69.1	Transf. de capital concedidas				22.693,00
69.2	Dívidas incobráveis	22.375,60	2.904,00	5.491,73	
69.3	Perdas em existências	34.230,00	3.830,95	7.807,84	
69.4	Perdas em imobilizações	42.414,34	374.787,78	1.455,89	
69.5	Multas e penalidades	3.331,08	9.788,50	7.728,11	
69.6	Aumentos de amortizações e provisões		2.250,08		
69.7	Correções relativas a exercícios anteriores	728.871,85	415.446,16	284.573,22	
69.8	Outros custos e perdas extraordinárias	4.816,79	77.359,12	708,71	
	Resultados extraordinários	2.282.823,31	2.127.839,46	2.299.467,29	
		3.118.862,97	3.014.206,05	2.629.925,79	

Código das contas	Proveitos e ganhos	Exercícios			
		2013	2012	2011	
79.1	Restituições de impostos	9.595,13			
79.2	Recuperação de dívidas	2.989,45	6.671,97		
79.3	Ganhos em existências	17.102,23	32.429,12	4.483,07	
79.4	Ganhos em imobilizações	2.887,83	2.040,96	450,00	
79.5	Benefícios de penalidades contratuais				
79.6	Reduções de amortizações e provisões	285.065,35	30.290,08	47.285,50	
79.7	Correções relativas a exercícios anteriores	408.565,45	408.556,62	200.488,35	
79.8	Outros proveitos e ganhos extraordinários	2.392.657,53	2.534.217,30	2.377.218,87	
		3.118.862,97	3.014.206,05	2.629.925,79	

41. Desdobramento das contas de provisões acumuladas e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício, de acordo com um quadro do seguinte tipo:

Quadro 25 – Provisões a 31/12/2013

Contas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Provisões para cobranças duvidosas	3.124.262,07	54.244,00	-293.711,38	2.884.794,69
Provisões para riscos e encargos		296.335,92		296.335,92
Provisões para investimentos financeiros	124.500,00		-6.354,92	118.145,08
Total	3.248.762,07	350.579,92	-300.066,30	3.299.275,69

2.4. RÁCIOS

Quadro 26 - Ráculos de fundo de maneio e liquidez

	Fundo de Maneio e Liquidez	2013	2012	2011
Liquidez Geral	Ativo Circulante/ Passivo Circulante	14,91	11,75	15,94
Liquidez Imediata	Disponibilidades/ Passivo Circulante	8,99	5,74	8,18
Fundo de Maneio	Ativo Circulante - Dividas a curto prazo	36.269.740,59	34.240.414,45	31.528.071,65

Os valores apresentados nos ráculos, acima, demonstram que a Universidade continua a ter capacidade de satisfazer os seus compromissos de curto prazo.

Quadro 27 - Ráculos financeiros

	Financeiros	2013	2012	2011
Solvabilidade Financeira	Capital Próprio/ Total Passivo	1,94	2,13	2,12
Autonomia Financeira	Capital Próprio / Total do Ativo Líquido	0,66	0,68	0,68

Os indicadores financeiros que indicam a posição que a UNL tem para solver os seus compromissos a médio e longo prazo, isto é, a capacidade de pagar as suas dívidas.

3. FACTOS RELEVANTES APÓS TERMO DO EXERCÍCIO

Já no decurso de 2014 foi concluído o processo de expropriação dos terrenos do Campus da Caparica tendo sido efetuada a escritura de doação da Parcela 10, em 9 de maio de 2014.

4. NOTA FINAL

Às Instituições que nos honraram com a sua ajuda e colaboração, agradecemos a confiança depositada e que constituiu importante incentivo e compensação pelos esforços empreendidos por quantos trabalham na UNL.

A todos os trabalhadores, que contribuíram com o seu profissionalismo e empenho para a obtenção dos resultados apresentados, o Conselho de Gestão agradece o seu compromisso com a UNL.



5. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Visando a transparência e a credibilidade da informação prestada pela UNL, não só as contas individuais mas também as contas consolidadas foram objeto de certificação legal das contas, em anexo.

Reitoria da Universidade Nova de Lisboa, 18 de junho de 2014

O Conselho de Gestão

